

# O poder do Legislativo de preservar 18 milhões de empregos no Brasil

**Fernando Valente Pimentel\***

Uma etapa importante da luta dos brasileiros pela preservação de 18 milhões de empregos foi vencida na Câmara Federal, com a aprovação, dia 28 de maio último, do Imposto de Importação de 20% para compras de até 50 dólares nos sites internacionais de *e-commerce*, conforme consta do Projeto de Lei 914/2024. Apesar da polarização política presente no País, os deputados encontraram um caminho para priorizar o interesse maior dos trabalhadores, empresas e da economia nacional, que está muito acima de questões político-partidárias.

A expectativa é a de que, ao votar a matéria esta semana, o Senado adote a mesma atitude, pois se trata de um passo importante para solucionar a desigualdade tributária que afeta hoje a indústria e o varejo brasileiros. A alíquota de 20% para os sites estrangeiros ainda mantém um quadro no qual os que geram empregos no exterior, contando com subsídios dos países de origem para produzir e exportar, pagam 44% no total, considerando os 17% de ICMS que já recolhem, ante uma carga de impostos de 90% para quem fabrica e comercializa produtos no Brasil, empregando milhões de pessoas. Porém, o PL é um relevante primeiro passo no sentido de corrigir a distorção de tratamentos diferentes dados a competidores do mesmo mercado.

Em 2023, a falta de igualdade tributária eliminou 30 mil empregos apenas na indústria e no varejo têxteis, a imensa maioria, em micro, pequenas e médias empresas. Assim, é descabido o argumento de que as plataformas estrangeiras beneficiam os mais pobres. Ao contrário, o privilégio fiscal de que gozam atualmente está aumentando a exclusão social.

Preços mais baixos não são estabelecidos de modo artificial por meio de benefícios para alguns dos competidores, mas sim pela concorrência igual para todos, com a prevalência das leis de mercado. Além disso, cada posto de trabalho perdido agrava o déficit

previdenciário, que não será coberto por esses sites internacionais, nem por seus países de origem, mas sim pelos brasileiros.

Também é necessária a igualdade regulatória, ou seja, o cumprimento de todas as leis e normas. Isso inclui o controle e anuência por órgãos como Anvisa, Inmetro e Ministério da Agricultura e Pecuária, aos quais são submetidos os produtos nacionais e os que ingressam pelas vias aduaneiras convencionais. Porém, as mercadorias remetidas pelas plataformas estrangeiras seguem livres desse monitoramento.

Igualdade tributária e regulatória é a grande base de uma competição nivelada. Preconizamos menor carga de impostos indiscriminadamente. Isso contribuiria para mais investimentos e crescimento do PIB. Porém, enquanto não for possível, é imprescindível manter as mesmas condições para todos os que operam no mercado nacional. A livre economia não se faz com privilégios, mas com justiça!

**\*Fernando Valente Pimentel** é o diretor-superintendente e presidente honorário da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit).